

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**1) Sobre a cláusula da “*reserva de plenário*”, com previsão constitucional no art. 97 da CRFB/88, marque a alternativa INCORRETA:**

- a) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- b) Esta cláusula também é conhecida como *full bench* no direito norte-americano.
- c) Viola a cláusula da “*reserva de plenário*” a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.
- d) Conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é desnecessária a submissão à cláusula da “*reserva de plenário*” quando a decisão judicial estiver fundada em jurisprudência do Plenário ou em Súmula do Supremo Tribunal Federal.
- e) Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as normas editadas anteriormente à vigência da CRFB/88 também se submetem à cláusula da “*reserva de plenário*”, não podendo haver julgamento pela não recepção das mesmas por órgão fracionário dos Tribunais.

**2) Sobre o sistema de repartição de competências entre os entes federados trazido pela CRFB/88, é possível dizer que:**

I – Compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte.

II – Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção do meio ambiente.

III – Conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o Município é competente para legislar sobre meio ambiente com União e Estado, no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.

IV – Nos casos de competência concorrente entre União e Estados, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

Estão **CORRETAS** as alternativas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

3) No julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da ADI nº 4983, ajuizada pelo procurador-geral da República contra a Lei nº 15.299/2013, do Estado do Ceará, que regulamenta a vaquejada como prática desportiva e cultural no estado, a maioria dos ministros acompanhou o voto do Relator, Ministro Marco Aurélio, que considerou haver “*crueldade intrínseca*” aplicada aos animais na vaquejada, declarando, assim, a lei inconstitucional. Nada obstante, em momento posterior, foi aprovada a EC nº 96/2017, que, na prática, liberou a prática da vaquejada, desde que seja assegurado o bem-estar dos animais envolvidos. Esta emenda constitucional terá sua constitucionalidade analisada pelo STF na ADI nº 5728. Contudo, numa primeira análise, pode-se falar que a EC nº 96/2017:

- a) É inconstitucional, porque o Congresso Nacional não pode editar emendas constitucionais que contrariem a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
- b) É constitucional, porque o direito à realização de práticas desportivas e manifestações culturais deve sempre se sobrepor ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- c) É inconstitucional, porque ignora a produção dos efeitos vinculantes das decisões do STF em sede de controle abstrato de constitucionalidade.
- d) É constitucional e exemplifica o que se chama de “*emenda constitucional modificadora de jurisprudência*”, sendo representação do que expõe a teoria dos diálogos institucionais.
- e) É inconstitucional, porque traz norma que não é materialmente constitucional, o que é vedado pelo art. 60, §4º da CRFB/88, que trata das cláusulas pétreas.

4) As emendas à Constituição são espécie normativa de especial importância, tendo em vista que instrumentalizam a atuação do poder constituinte derivado no ordenamento jurídico. Por tal relevância, a iniciativa para a proposta de emenda constitucional é diferente da iniciativa para apresentar mero projeto de lei. Dentre as opções abaixo, todas podem apresentar proposta de emenda à Constituição, com **EXCEÇÃO** da seguinte opção:

- a) Presidente da República.
- b) um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.
- c) um terço, no mínimo, dos membros do Senado Federal.
- d) mais da metade dos Governadores das unidades da Federação.
- e) mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

**5) São impostos de competência estadual os seguintes:**

- a) ITCMD, IPVA e ICMS.
- b) IPVA, IPTU e ITBI.
- c) IPVA, IR e IPI.
- d) ITR, ITCMD e ICMS.
- e) IPTU, ISS e ITBI.

**6) Sobre os chamados “remédios constitucionais”, marque a alternativa CORRETA:**

- a) O Ministério Público pode propor ação popular em caso de violação ao meio ambiente e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, entre outros casos.
- b) Na ação civil pública, a sentença fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator, ainda que o pedido seja julgado improcedente por insuficiência de provas.
- c) Em ação popular ajuizada contra o Estado do Rio de Janeiro, referente a ato de servidor público estadual, poderá o Estado atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público.
- d) Conforme jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça, é cabível o *habeas data*, ainda que não comprovada a recusa de informações por parte da autoridade administrativa.
- e) O direito de requerer mandado de segurança extingui-se-á decorridos 60 (sessenta) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

**7) O ajuizamento de ações de controle abstrato de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal aumentou vertiginosamente após a promulgação da CRFB/88. Todas as circunstâncias abaixo mencionadas justificam o incremento na propositura deste tipo de ação, com a seguinte EXCEÇÃO:**

- a) Aumento do número de legitimados ativos para a propositura de ações de controle abstrato de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.
- b) Aumento do número de direitos e garantias fundamentais previstos na CRFB/88 em relação às Constituições Brasileiras anteriores.
- c) Progressivo arrefecimento de uma antiga postura do Supremo Tribunal Federal no sentido da autocontenção quando da realização do *judicial review*.
- d) Extinção do sistema de controle concreto de constitucionalidade pela CRFB/88, que, em prol da segurança jurídica e da isonomia entre jurisdicionados, concentrou no Supremo Tribunal Federal a competência de declaração de inconstitucionalidade de leis.
- e) A utilização do controle abstrato de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal como nova arena de disputas políticas, mormente pelos partidos políticos que saíram derrotados quando das deliberações legislativas.

**8) A declaração de inconstitucionalidade de uma lei pelo Supremo Tribunal Federal, ao exercer o controle abstrato de constitucionalidade, tem, como regra:**

- a) A produção de efeitos *erga omnes* e *pro futuro*.
- b) A produção de efeitos *erga omnes* e retroativos.
- c) A produção de efeitos *inter partes* e *pro futuro*.
- d) A produção de efeitos *inter partes* e retroativos.
- e) A produção de efeitos *inter partes* e *erga omnes*.

**9) Sobre as concessões e permissões de serviço público, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A concessão é uma forma de delegação contratual da execução de um serviço público a um particular, por prazo determinado, da qual o Estado se vale quando não tem condições financeiras ou entende não ser conveniente prestá-lo diretamente.
- b) A permissão é precária e revogável, de forma que a sua extinção, mesmo antes do prazo estabelecido, não gera direito à indenização contra o Estado.
- c) Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário, conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.
- d) Os serviços públicos concedidos à iniciativa privada perdem a sua natureza pública, pois o Estado transfere ao concessionário não apenas o seu exercício, mas também a sua titularidade.
- e) Dado o caráter precário da permissão, ela é destinada a delegações em que a execução do serviço prescinde de elevados investimentos, os quais podem ser compensados pela remuneração obtida em curso prazo pelo permissionário.

**10) Sobre os direitos fundamentais, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Apesar de terem como característica a universalidade, existem direitos fundamentais atribuídos apenas a determinado grupo de pessoas, visando a garantir-lhes uma proteção especial.
- b) No direito brasileiro, assim como no norte-americano, prevalece a doutrina da “State Action”, segundo a qual, como regra, os direitos fundamentais não incidem nas relações entre particulares.
- c) O rol de direitos fundamentais previsto expressamente na CRFB/88 não é exaustivo, podendo haver outros não escritos, implícitos ou decorrentes do regime constitucional, além daqueles positivados em tratados e convenções internacionais.
- d) A doutrina mais moderna afirma a validade de certos atos de disposição de direitos fundamentais, quando ela for parcial, temporária e envolver o mero exercício do direito, e não a sua titularidade.
- e) Os direitos fundamentais são dotados de superconstitucionalidade, ou seja, são cláusulas pétreas ou cláusulas de eternidade, protegidas contra a atuação do poder constituinte reformador.

**11) Todas as afirmativas abaixo estão em consonância com o princípio constitucional da laicidade do Estado brasileiro, EXCETO:**

- a) A laicidade impede que o Poder Público intervenha de forma abusiva nas questões internas das doutrinas religiosas, como no conteúdo da fé professada, na organização da entidade e na seleção dos seus representantes.
- b) A laicidade funciona como uma barreira protetora do Estado frente a influências indevidas provenientes das diferentes confissões religiosas.
- c) A laicidade não impede o contato do Estado com entidades religiosas, sendo legítima a colaboração entre eles para o atendimento a interesses públicos.
- d) A laicidade é refratária à liberdade religiosa, pois visa a extirpar qualquer forma de religiosidade do espaço público.
- e) A laicidade não se confunde com um Estado ateu, que, além de ser apartado de quaisquer religiões, é hostil a elas.

**12) De acordo com a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, compete privativamente ao Governador do Estado:**

- a) dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração estadual, inclusive sobre a criação ou extinção de órgãos públicos, com ou sem aumento de despesa.
- b) exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual.
- c) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.
- d) decretar e executar a intervenção nos Municípios, nomeando o interventor, nos casos previstos na Constituição do Estado.
- e) enviar à Assembleia Legislativa o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstas na Constituição do Estado.

**13) De acordo com a doutrina brasileira, a mutação constitucional:**

- a) é a recuperação da eficácia de uma norma constitucional que teve os efeitos suspensos pelo advento de uma nova Constituição.
- b) é a recepção, pela nova ordem constitucional, de normas da Constituição anterior com ela compatíveis.
- c) é um mecanismo que permite a transformação do sentido e do alcance de normas da Constituição, sem que se opere, no entanto, qualquer modificação do seu texto.
- d) decorre livremente da interpretação realizada por órgãos administrativos e jurisdicionais, não tendo como limite as possibilidades semânticas do texto da Constituição.
- e) não é admitida no Brasil, por não estar prevista na Constituição de 1988.

**14) Sobre a Federação brasileira, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Os Estados-membros podem incorporar-se uns aos outros ou desmembrar-se, formando novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e por aprovação do Congresso Nacional, mediante lei complementar.
- b) Os Territórios Federais são descentralizações administrativas da União, carecendo de autonomia.
- c) A intervenção federal nos Estados é permitida como mecanismo drástico e excepcional destinado a manter a integridade nacional.
- d) Os Municípios não possuem voz ativa na formação da vontade da União, vez que só é prevista a participação de representantes dos Estados-membros no Senado Federal.
- e) O Distrito Federal não goza de autonomia, por não poder se auto-organizar por meio de lei orgânica própria.

**15) Assinale a alternativa que descreve funções atípicas dos Poderes Legislativo e Executivo, respectivamente:**

- a) aplicação da lei para solução de litígios; e exercício do poder de polícia.
- b) realização de concurso público para provimento de seus cargos; julgamento de recursos administrativos interpostos por servidores públicos em processo disciplinar.
- c) julgamento do Presidente da República na hipótese de crime de responsabilidade; realização de licitação para aquisição de bens e contratação de serviços.
- d) julgamento do Presidente da República na hipótese de crime comum; edição de leis delegadas.
- e) fiscalização contábil, financeira e orçamentária da Administração Pública; edição de decreto regulamentar.

**DIREITO CIVIL**

**16) O direito ao nome é consagrado como direito da personalidade no artigo 16 do Código Civil. Sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal decidiu, recentemente, que:**

- a) A alteração de nome e gênero no assento de registro civil não é possível, em razão da preservação dos interesses de terceiros.
- b) A alteração do nome e gênero no assento de registro civil somente é possível quando realizado procedimento cirúrgico de redesignação de sexo.
- c) A alteração do nome e gênero no assento de registro civil é possível mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo.
- d) A alteração do nome e gênero no assento de registro civil somente é possível quando existente decisão judicial autorizativa.
- e) O princípio da dignidade humana não é hábil a justificar mudança de nome e gênero no assento de registro civil.

**17) Assinale a pessoa jurídica cuja característica é sua constituição a partir da dotação de bens livres destinados a finalidades específicas previstas na lei.**

- a) Sociedade Anônima.
- b) Partidos políticos.
- c) Empresa individual de responsabilidade limitada.
- d) Associação.
- e) Fundação.

**18) O Código Civil considera empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços. São fatores de produção caracterizadores da organização empresarial, EXCETO:**

- a) mão de obra.
- b) insumo (matéria prima).
- c) capital.
- d) tecnologia.
- e) estabelecimento.

**19) Em relação à classificação dos bens, é INCORRETO afirmar:**

- a) Considera-se imóvel, para os efeitos legais, o direito à sucessão aberta.
- b) As ações que asseguram os direitos reais sobre imóveis são consideradas bem móveis.
- c) As energias que têm valor econômico são espécies de bens móveis.
- d) São singulares os bens que, embora reunidos, se consideram *de per si*, independentemente dos demais.
- e) Constitui universalidade de direito o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico.

**20) Considerando as disposições legais sobre a interpretação do negócio jurídico, é CORRETO afirmar que:**

- a) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se ampliativamente.
- b) O silêncio não importa anuência, pois sempre é necessária a declaração de vontade expressa.
- c) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
- d) A manifestação de vontade subsiste somente quando o autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou.
- e) Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.

**21) João promete doar à Maria R\$1000.00 (mil reais) caso ela seja aprovada no vestibular. Essa hipótese caracteriza:**

- a) Doação modal.
- b) Doação com encargo.
- c) Doação com condição resolutiva.
- d) Doação com condição suspensiva.
- e) Doação a termo.

**22) Os bens públicos não são passíveis de sofrer usucapião. A característica do bem público que determina essa afirmativa é a sua:**

- a) inalienabilidade.
- b) imprescritibilidade.
- c) impenhorabilidade.
- d) impossibilidade de oneração.
- e) afetação.

**23) José assume obrigação excessivamente onerosa para salvar seu filho, o qual, notoriamente, corria risco de vida. Assinale o defeito existente no negócio jurídico:**

- a) lesão.
- b) estado de perigo.
- c) erro.
- d) coação.
- e) dolo.

**24) De acordo com o Código Civil, quando a lei não fixa prazo menor, a prescrição ocorre em:**

- a) 01 ano.
- b) 03 anos.
- c) 05 anos.
- d) 10 anos.
- e) 20 anos.

**25) A respeito das obrigações, assinale a alternativa CORRETA.**

- a) Perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.
- b) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- c) A solidariedade não se presume; resulta apenas da vontade das partes.
- d) A obrigação de meio tem como objetivo a realização de uma atividade que visa obter um resultado claro e definido.
- e) Nas obrigações de dar coisa certa, os frutos percebidos e os pendentes são do devedor.

**26) Acerca da remissão das dívidas, é correto afirmar EXCETO:**

- a) A remissão da dívida, aceita pelo devedor, extingue a obrigação.
- b) A remissão de dívida não pode causar prejuízo a terceiro.
- c) A devolução voluntária do título da obrigação, quando por escrito particular, prova desoneração do devedor e seus coobrigados, se o credor for capaz de alienar, e o devedor capaz de adquirir.
- d) A restituição voluntária do objeto empenhado prova a extinção da dívida.
- e) A remissão concedida a um dos codevedores extingue a dívida na parte a ele correspondente; de modo que, ainda reservando o credor a solidariedade contra os outros, já lhes não pode cobrar o débito sem dedução da parte remitida.

**27) No que concerne o inadimplemento das obrigações, é CORRETO afirmar:**

- a) Se, por ocasião da conclusão do contrato, uma parte der à outra, a título de arras, dinheiro ou outro bem móvel, deverão as arras, em caso de execução, ser restituídas ou computadas na prestação devida, se do mesmo gênero da principal; se de gênero diferente necessariamente serão objeto de avaliação judicial para cômputo na prestação devida.
- b) Se a parte que deu as arras não executar o contrato, poderá a outra tê-lo por desfeito, devolvendo-as pela metade.
- c) O valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal.
- d) Se a prestação, devido à mora, se tornar inútil ao credor, este poderá enjeitá-la, e exigir a satisfação das perdas e danos apenas se assim previsto no contrato.
- e) Provado que os juros da mora não cobrem o prejuízo, ainda que haja pena convencional, pode o juiz conceder ao credor indenização suplementar.

**28) Em relação à formação dos contratos, deixa de ser obrigatória a proposta, EXCETO:**

- a) se, feita sem prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita. A pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante não é considerada presente.
- b) se, feita sem prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita. A pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante é também considerada presente.
- c) se, feita sem prazo a pessoa ausente, tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente.
- d) se, feita a pessoa ausente, não tiver sido expedida a resposta dentro do prazo dado.
- e) se, antes dela, ou simultaneamente, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente.

**29) Quanto aos contratos, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O contrato preliminar, inclusive quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.
- b) No momento da conclusão do contrato, pode uma das partes reservar-se a faculdade de indicar a pessoa que deve adquirir os direitos e assumir as obrigações dele decorrentes. Essa indicação deve ser comunicada à outra parte no prazo de 30 dias da conclusão do contrato, se outro não tiver sido estipulado.
- c) O estipulante pode reservar-se o direito de substituir o terceiro designado no contrato, desde que haja a anuência do terceiro e do outro contratante.
- d) Nenhuma obrigação haverá para quem se comprometer por outrem, se este, depois de se ter obrigado, faltar à prestação.
- e) Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção. Esta garantia não subsistirá quando a aquisição tiver ocorrido em hasta pública.

**30) A respeito da responsabilidade civil, é INCORRETO afirmar:**

- a) A indenização mede-se pela extensão do dano. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.
- b) Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu.
- c) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- d) Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.
- e) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. De acordo com o Decreto nº 20.910, todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for sua natureza, prescrevem, contados da data do ato ou fato do qual se originaram, em 03 anos.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**31) Para fins de reconhecimento de litispendência, diz-se que há identidade entre ações individuais nas seguintes hipóteses:**

- a) Quando as ações possuam os mesmos autores e os mesmos pedidos.
- b) Quando as ações possuam os mesmos autores, as mesmas causas de pedir próximas e os mesmos pedidos.
- c) Quando as ações possuam as mesmas partes, as mesmas causas de pedir e os mesmos pedidos.
- d) Quando as ações possuam as mesmas partes e as mesmas causas de pedir.
- e) Quando as ações possuam os mesmos autores, as mesmas causas de pedir e os mesmos pedidos.

**32) O Código de Processo Civil de 2015 adotou diversas regras procedimentais voltadas a dar densidade ao princípio constitucional do contraditório, dentre as quais:**

- a) O julgamento antecipado do mérito, mesmo quando houver a necessidade de produção de outras provas.
- b) A determinação de que os juízos e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- c) A vedação de ajuizamento de ação meramente declaratória nos casos de violação de direito.
- d) A vedação a que o juiz decida, em qualquer grau de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- e) Ao vedar a redistribuição do ônus probatório.

**33) Ocorre a preempção no processo civil:**

- a) As hipóteses em que o autor, por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias.
- b) Quando o magistrado acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem.
- c) Nos casos em que o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes.
- d) Quando o autor der motivo, por 3 (três) vezes, a sentença fundada em abandono da causa, e, nesses casos, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.
- e) Quando o magistrado verificar a ausência de legitimidade ou de interesse processual das partes.

**34) Acerca da distribuição do ônus da prova, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O ônus da prova incumbe ao autor, quanto à demonstração de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do seu direito.
- b) Dependem de prova os fatos admitidos no processo como incontroversos.
- c) O ônus da prova incumbe ao réu, quanto ao fundamento da pretensão externada na petição inicial.
- d) A distribuição diversa do ônus da prova jamais poderá ser objeto de convenção das partes.
- e) Não dependem de prova os fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.

**35) Sobre a fundamentação das decisões judiciais, é FALSO asseverar o seguinte:**

- a) Não se considera fundamentada a decisão judicial que se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida.
- b) Considera-se fundamentada a decisão judicial que enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.
- c) Não se considera fundamentada a decisão judicial que empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso.
- d) Considera-se fundamentada a decisão judicial que deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.
- e) Não se considerada fundamentada a decisão judicial que invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.

**36) De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, quais são, respectivamente, os prazos para a Fazenda Pública apresentar contestação, agravo de instrumento e recurso extraordinário:**

- a) 30 dias, 30 dias e 30 dias.
- b) 30 dias, 20 dias e 30 dias.
- c) 60 dias, 20 dias e 15 dias.
- d) 60 dias, 30 dias e 15 dias.
- e) 60 dias, 30 dias e 30 dias.

**37) Acerca da coisa julgada, assinale a opção INCORRETA:**

- a) Dá-se coisa julgada material quando a decisão de mérito torna-se imutável e indiscutível e não está mais sujeita a recurso.
- b) Não é possível decidir novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, ainda se se tratar de relação jurídica de trato continuado e ocorrer superveniente modificação no estado de fato ou de direito.
- c) Não fazem coisa julgada os motivos e a verdade dos fatos, estabelecidos como fundamento da sentença.
- d) Consideram-se deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, quando a sentença de mérito transita em julgado.
- e) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.

**38) De acordo com o que preceitua o Código de Processo Civil de 2015, qual das alternativas abaixo indica um dever das partes no processo judicial:**

- a) Não praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.
- b) Não empregar expressões ofensivas nos escritos apresentados.
- c) Declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações.
- d) Não formular pretensões, nem alegar defesa, cientes de que são destituídas de fundamento.
- e) Não cumprir com exatidão os provimentos mandamentais ou criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final.

**39) Assinale a opção INCORRETA acerca das normas jurídicas sobre precedentes e súmula vinculante:**

- a) O Supremo Tribunal Federal poderá, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula com efeito vinculante.
- b) Para a admissão de recurso extraordinário é necessário que o recorrente demonstre a existência de repercussão geral da matéria, ainda que o objeto do recurso seja a impugnação de acórdão que contrarie súmula vinculante.
- c) Incumbe ao relator negar provimento a recurso que for contrário à súmula vinculante.
- d) Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar súmula vinculante.
- e) Caberá reclamação para garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade.

**40) Assinale a hipótese na qual o processo é extinto, com resolução de mérito:**

- a) Quando o juiz acolher a alegação de preempção, litispendência ou de coisa julgada.
- b) Quando o juiz reconhecer a existência de convenção de arbitragem.
- c) Quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.
- d) Quando o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes.
- e) Quando o autor desistir da ação.

## LÍNGUA PORTUGUESA

### **“Fake news”: revendedores de realidade e as notícias falsas**

Uma expressão que ganhou popularidade nos últimos anos para fins políticos vem desafiando jornalistas, economistas, políticos, juristas e toda sociedade sobre ética. Vem também sendo motivo de debate no Congresso Nacional com projetos de leis em que todos têm algo em comum: incapacidade de definir o que é "fake news".

Este não é um conceito novo. Na Grécia Antiga, utilizaram a expressão "revendedores de rumores" para descrever, por exemplo, a atuação de comerciantes para aumentar rapidamente o preço de grãos, espalhando rumores sobre tempestades e naufrágios. Teofrasto, notório filósofo na época, realizou um experimento social com seus amigos usando histórias inventadas que chocavam. Ele dizia algo como, "Ei, não espalha, tá? Essa informação é de uma fonte quente e é a última notícia do pedaço", o que resultou no ditado "olhos são melhores testemunhas do que ouvidos" e recomendações para evitarmos ser enganados, como questionar "quem está ganhando dinheiro com essa notícia?".

Aliás, nós, humanos, temos essa grande tecnologia à nossa disposição — a fofoca. Para nos protegermos e trabalharmos melhor em grupo, desde o nosso início, foi necessário falarmos sobre e entre nossos pares. Essa capacidade linguística e de comunicação nos permitiu criar laços confiáveis e expandir nossas habilidades.

Porém, diferentemente da nossa história até aqui, estamos enfrentando um novo desafio, que é o mercado da realidade.

Nossos relacionamentos em sociedade já não são mais criados apenas entre humanos "olho no olho", ou seja, presencialmente. Nossa confiança também está em plataformas digitais que nos representam e desenvolvem laços individuais e até mesmo em grupos. Muitos da última geração da nossa espécie, provavelmente, já encontram seus pares em aplicativos que apresentam e sugerem pessoas para se relacionar, ou seja, não é mais necessário estar presencialmente com alguém para criarmos laços ou grupos em comum.

Atualmente, essa intermediação parece natural para nós, pela comodidade. Tecnologias exploram nossa psicologia e comportamento com informações pessoais registradas por elas mesmas. As "fake news" são as fofocas produzidas sob medida para agradar uma realidade de que gostaríamos, sejam fatos falsos ou reais, e sem o compromisso de criar vínculos humanos, assim afastando nosso contexto social e diferenças do debate, que é um dos principais elementos para a discussão sobre moral e ética em sociedade.

Hoje, somos "revendedores de realidade", e poderíamos concluir que uma resiliência a esse fenômeno seria "encontros presenciais são a melhor testemunha do que nossos olhos". A pergunta que deveríamos fazer sobre esse desafio é "quem está ganhando com essa realidade que estamos criando de nós próprios?". Pois, assim como alguns comerciantes lucraram na Grécia Antiga, alguns políticos provavelmente estão conseguindo votos ou a manutenção de poderes explorando essa vulnerabilidade das realidades sugeridas por interfaces digitais.

Nossas democracias não precisam de lei para definir o que são "fake news" e nem o que é verdade ou mentira, mas é necessário fomentar mecanismos de controle e pesquisa com transparência sobre o uso político das plataformas digitais, quem os financia e quais são as ferramentas. Só dessa maneira vamos criar uma cultura para discutir a moral e ética da tecnologia na política.

\*Thiago Rondon é fundador e CEO do AppCívico

<https://epocanegocios.globo.com/colunas/noticia/2018/03/fake-news-revendedores-de-realidade-e-noticias-falsas.html-27/03/2018>

**41) Observe as opções de análises estruturais, argumentativas e linguísticas, que se referem ao trecho destacado:**

**As “fake news” são as fofocas produzidas sob medida para agradar uma realidade de que gostaríamos, sejam fatos falsos ou reais, e sem compromisso de criarmos vínculos humanos, assim afastando nosso contexto social e diferenças do debate, que é um dos principais elementos sobre moral e ética em sociedade.**

I-Podemos inferir que, nesse segmento, o autor reforça o argumento de que as “fake news” legitimam mentiras divulgadas por facções que agem por interesses particulares, sem compromisso com os indivíduos, a sociedade, a moral e a ética.

II-A expressão “sob medida” tem um sentido figurado, ou seja, está deslocado do seu sentido original.

III-O verbo “gostar”, segundo a gramática normativa, classifica-se como transitivo direto.

IV-Esse segmento de texto apresenta-se como uma estrutura narrativa, observa-se, portanto, a predominância de verbos no modo indicativo e no tempo presente.

V-Os termos que determinam adjetivando “fatos” são: “falsos”, “reais” e “descompromissados” (sem compromissos).

Estão corretas:

- a) I-II-V.
- b) II-IV-V.
- c) I-II-III.
- d) III-IV-V.
- e) I-III-V.

**42) Assinale a opção que não se encaixa à progressão argumentativa do texto:**

- a) O conceito de “fake news” atravessa a linha do tempo. Desde a Antiguidade até os dias atuais, existe a prática das “fake news”.
- b) As “fake news” vão de encontro aos relacionamentos presenciais. Esse contato “olho no olho” resulta em vínculos mais sinceros com o próximo.
- c) Comerciantes e políticos, por meio de “fake news”, se abasteceram até hoje de dinheiro. Os políticos, além de dinheiro, se abasteceram e se abastecem de votos.
- d) Nós próprios, os homens e mulheres contemporâneos, nos acomodamos aos recursos tecnológicos mediadores e “revendedores” da realidade.
- e) É dispensável que a lei defina o sentido de “fake news”, pois segundo o autor, a cultura democrática já intui a necessidade da moral e da ética entre os cidadãos.

**43) De acordo com o texto, o par de termos que estabelece respectivamente a correta relação semântica com histórias inventadas/ “fake news” é:**

- a) mercado dos rumores/ preço de grãos.
- b) mercado de realidade/ revendedores de rumores.
- c) tecnologia/capacidade linguística.
- d) comerciantes/políticos.
- e) mentira/ética.

**44) Há muitas razões para que se recorra ao uso do recurso gráfico das aspas. Analise cada justificativa e marque ( F), se o comentário estiver errado ; (V) se estiver certo .**

( ) “fake news” . As aspas são utilizadas quando se trata de mostrar uma palavra pertencente a um código linguístico pertencente à língua estrangeira.

( ) Ele dizia algo como, “Ei, não atrapalha, tá? Essa informação é de uma fonte quente e é a última notícia do pedaço”. As aspas poderiam ser substituídas por travessões, já que caracterizam o discurso direto.

( ) ...esse fenômeno seria “encontros presenciais são a melhor testemunha do que nossos olhos”. As aspas se justificam por ressaltar, na enunciação um novo conceito de relação humana.

( ) Já não são criados apenas entre humanos “olho no olho”. As aspas, no exemplo, ressaltam o valor discursivo da expressão destacada.

( ) Na Grécia, utilizaram a expressão “revendedores de rumores”. As aspas são utilizadas para assinalar a citação de um texto pertencente a um texto já editado por alguém.

Agora, assinale a sequência correta:

- a) F-F-V-V-V.
- b) V-V-V-V-F.
- c) V-F-V-F-F.
- d) F-F- F-F-V.
- e) V-V-V-V-V.

**45) Assinale a palavra que possui o mesmo significado do termo grifado no exemplo a seguir:**

“Hoje, somos ‘revendedores de realidade’, e poderíamos concluir que uma resiliência a esse fenômeno seria ‘encontros presenciais são a melhor testemunha do que nossos olhos.’”

- a) Saliência.
- b) Resistência.
- c) Benevolência.
- d) Decadência.
- e) Obediência.

**46) Sinalize a análise incorreta da pontuação:**

- a) Vem desafiando jornalistas, economistas, políticos, juristas e toda a sociedade sobre ética. (As vírgulas determinam a enumeração de mais de um termo com o mesmo valor gramatical)
- b) Na Grécia Antiga, utilizaram a expressão “revendedores” para descrever, por exemplo, a atuação de comerciantes. (As vírgulas demarcam a força enunciativa da expressão explicativa “por exemplo”)
- c) ” Ei, não atrapalha, tá”. (A primeira vírgula separa o sujeito do verbo)
- d) Teofrasto, notório filósofo na época, realizou um experimento social com os seus amigos (...). (As vírgulas caracterizam o aposto explicativo)
- e) Muitos da última geração da nossa espécie, provavelmente, já encontraram seus pares em aplicativos. (As vírgulas entre o termo “provavelmente” não são obrigatórias, mas destacam a circunstância de dúvida)

**47) Está correta a grafia de todas as palavras da frase:**

- a) Ao ascender à condição de parlamentar, o cidadão fica responsável pela discussão de fatos polêmicos propiciados pela própria função que exercem.
- b) Se as redes sociais não se emiscuissem na vida do cidadão interferindo na formação de opinião, talvez não gerassem tanta preocupação com a ética na política.
- c) Os jornalistas, economistas, políticos, juristas podem discentir quanto a diferentes assuntos, mas todos reconhecem a dificuldade em definir o que é “fake news”.
- d) A necessidade de uma discussão mais contundente sobre mecanismos de controle e pesquisa com transparência sobre o uso político das plataformas digitais é iminente no cenário político do Brasil.
- e) A influência e o uso das” fake news” na esfera política não merecem remição alguma, pois simplesmente comprometem a democracia de um país.

**48) Nos exemplos do texto a seguir, classificamos gramaticalmente os termos sublinhados. Marque a classificação que, segundo a Norma Culta da Língua não está correta:**

- a) “Aliás, nós, humanos”. (Aposto que explica o termo anterior).
- b) ”Hoje, somos ‘revendedores de realidade’ e poderíamos concluir que uma resiliência a esse fenômeno ...”. (Pronome relativo, substitui o nome que o antecede).
- c) “... encontros presenciais são a melhor testemunha do que nossos olhos...”. (Conectivo subordinativo comparativo).
- d) “Nossas democracias não precisam de lei..., mas é necessário fomentar mecanismos de controle e pesquisa...”. (Conectivo coordenativo adversativo, indica contrariedade à ideia anterior).
- e) “Só dessa maneira vamos criar uma cultura para discutir a moral e ética da tecnologia”. (Conectivo subordinativo que introduz, na frase, o sentido discursivo de finalidade).

**49) Tendo em vista as regras de concordância, assinale a opção em que a forma entre parênteses não completa corretamente a lacuna da frase.**

- a) São bastante.....tais ideias e opiniões sobre as “ fake news”. (difundidas)
- b) Serão.....tanto os políticos quanto a sociedade se não tomarem medidas mais sérias quanto à ética nas mídias digitais. (prejudicados)
- c) Tornam-se muito.....a atuação e os recursos dos candidatos políticos diante da onda das “ fake news”. (limitadas)
- d) Podem ser..... o comportamento dos antigos comerciantes da Grécia e o dos atuais políticos. (comparados)
- e) Ficam.....nas mãos de poucos todos os conhecimentos e habilidades de manipulação das mídias digitais. (concentrados)

**50) Considere as frases a seguir:**

I. Os revendedores estavam preocupados com as histórias que inventaram.

II. Eles apresentaram suas explicações.

III. As explicações não eram convincentes.

Reunidas em um só período, considerando os ajustes gramaticais necessários, elas estarão em correta relação lógica e sintática na frase:

- a) As explicações não eram convincentes, mas os revendedores as apresentaram, contudo estavam preocupados com as histórias que haviam inventado.
- b) Apresentaram suas explicações porque estavam preocupados com as histórias inventadas por eles, pois não eram convincentes.
- c) Preocupados com as histórias que haviam inventado, os revendedores apresentaram suas explicações, ainda que não convincentes.
- d) Quanto mais os revendedores apresentavam suas explicações, mais elas não eram convincentes, à medida que eles estavam preocupados com as histórias que inventaram.
- e) Quando apresentaram suas explicações, elas não eram convincentes, portanto estavam preocupados com as histórias que inventaram.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### 41º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

#### EDITAL

O CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos do art. 23 do Regulamento do 41º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e de Organização Judiciária, divulga aos interessados o gabarito da Prova Objetiva:

#### **DIREITO CONSTITUCIONAL:**

- 1- E
- 2- E
- 3- D
- 4- D
- 5- A
- 6- C
- 7- D
- 8- B
- 9- D
- 10- B
- 11- D
- ~~12- A~~ ANULADA
- 13- C
- 14- E
- 15- B

#### **DIREITO CIVIL:**

- 16- C
- 17- E
- 18- E
- 19- B
- 20- C
- 21- D
- 22- B
- 23- B
- 24- D
- 25- A
- 26- D
- 27- C
- 28- A
- 29- D
- 30- E



**DIREITO PROCESSUAL CIVIL:**

- 31- C
- 32- D
- 33- D
- 34- E
- 35- D
- 36- A
- 37- B
- ~~38- E~~ ANULADA
- 39- B
- 40- C

**LINGUA PORTUGUESA:**

- 41- A
- 42- E
- 43- D
- 44- E
- 45- B
- 46- C
- 47- D
- 48- B
- 49- C
- 50- C

Os candidatos poderão interpor recurso contra o gabarito da Prova Objetiva no prazo de dois dias úteis subsequentes à publicação do presente edital. Os recursos serão recebidos no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado (Rua do Carmo, 27, Térreo, Centro, Rio de Janeiro), das 10:00 às 16:00 horas.

\* Publicado no DOERJ de 19 de junho de 2018.